

Disputas e fronteiras:
a formação da identidade cristã na literatura patrística

Laura Magheli¹
Valtair A. Miranda²

Resumo: Este estudo analisa a construção da identidade cristã primitiva a partir da literatura patrística, considerando o cristianismo como um sistema relacional em interação com o judaísmo e o contexto helenístico-romano. A partir de uma revisão historiográfica, o trabalho problematiza o modelo tradicional de cisão abrupta entre cristianismo e judaísmo e propõe a abordagem dos "caminhos que não se separam", enfatizando a fluidez identitária nos primeiros séculos. Examina-se como autores patrísticos, como Inácio de Antioquia, Irineu de Lyon, Orígenes, João Crisóstomo e Tertuliano, participaram da definição da ortodoxia cristã e da delimitação de fronteiras religiosas, especialmente no combate às práticas judaizantes dentro das comunidades cristãs. A literatura cristã primitiva é analisada como instrumento de afirmação identitária, contribuindo para a fixação de um cânone e para a consolidação de um sistema simbólico independente. A pesquisa demonstra que a identidade cristã não se formou de maneira uniforme, mas passou por um processo dinâmico de interações, conflitos e negociações, culminando na consolidação de uma tradição religiosa autônoma na Antiguidade Tardia.

Palavras-chave: Cristianismo primitivo; identidade cristã; patrística; judaísmo; literatura cristã antiga.

Abstract: This study analyzes the construction of early Christian identity through Patristic literature, considering Christianity as a relational system interacting with Judaism and the Hellenistic-Roman context. Through a historiographical review, the research challenges the traditional model of an abrupt separation between Christianity and Judaism and proposes the approach of "paths that do not separate," emphasizing identity fluidity in the early centuries. It examines how Patristic authors such as Ignatius of Antioch, Irenaeus of Lyon, Origen, John Chrysostom, and Tertullian contributed to defining Christian orthodoxy and delineating religious boundaries, particularly in combating Judaizing practices within Christian communities. Early Christian literature is analyzed as an instrument of identity affirmation, playing a crucial role in the establishment of a canon and the consolidation of an independent symbolic system. The study demonstrates that Christian identity did not form uniformly but underwent a dynamic process of interactions, conflicts, and negotiations, ultimately leading to the consolidation of an autonomous religious tradition in Late Antiquity.

Keywords: Early Christianity; Christian identity; Patristics; Judaism; Early Christian literature.

1 INTRODUÇÃO

Considerar o nascimento de uma identidade cristã autônoma como coincidente com a pregação dos discípulos de Jesus é uma concepção anacrônica. A construção da identidade do cristianismo ocorreu dentro do contexto do Império Romano, com seu desenvolvimento

¹ Graduada em Medicina e Pós-graduada em Medicina Fetal.

² Pós-doutor em Cognição e Linguagem, Doutor em Ciências da Religião, Doutor em História.

ocorrendo a partir da interação com diferentes povos e culturas, em contato com o judaísmo e o helenismo (Izidoro, 2008). A compreensão da configuração da identidade do cristianismo assume uma característica mais fluída, dependendo da interação e dos conflitos nas diferentes fronteiras étnicas e geográficas de cada região do Império Romano.

No seu processo de construção de identidade, um grupo elabora sua autocompreensão a partir da interação com outro grupo, identificando suas semelhanças e diferenças. Então, mediante as relações sociais, um grupo traça uma linha de separação entre o que considera definido como “nós” e como “eles”, num processo dinâmico (De Paula, 2015). Essa linha de separação não é fixa, mas sofre revisões constantes, numa elaboração dinâmica que mantém sua flexibilidade e permeabilidade. Assim, o entendimento de crença de um grupo não possui apenas um aspecto teológico, mas também uma dimensão social que influencia a construção de identidade dos diferentes grupos. As interações sociais, e mesmo os conflitos, são necessários para a determinação dessas fronteiras identitárias e para o desenvolvimento da autocompreensão dos grupos envolvidos.

A historiografia tradicional, por muito tempo, sustentou a tese de uma ruptura definitiva entre judaísmo e cristianismo, fixando datas específicas para essa separação, como a destruição do Templo de Jerusalém em 70 d.C. ou a revolta de Bar Kochba em 135 d.C. No entanto, abordagens mais recentes questionam esse modelo rígido e sugerem que a relação entre esses dois sistemas religiosos foi mais fluida e complexa, permeada por interações, influências mútuas e redefinições identitárias (Soares, 2010). A presença de comunidades cristãs que mantinham práticas judaicas nos primeiros séculos da era comum, bem como a literatura patrística que combateu os chamados "judaizantes", indicam que a identidade cristã não emergiu de uma cisão abrupta, mas de um longo processo de diferenciação.

Nesse sentido, a literatura cristã primitiva desempenhou um papel fundamental na delimitação das fronteiras identitárias do cristianismo nascente. Autores como Inácio de Antioquia, Irineu de Lyon, Orígenes, João Crisóstomo e Tertuliano produziram textos que não apenas reforçavam as distinções entre cristãos e judeus, mas também estabeleciam diretrizes para a ortodoxia cristã e para a exclusão de práticas consideradas desviantes. Esses escritos, além de combaterem heresias e práticas sincréticas, ajudaram a consolidar uma identidade cristã coesa, legitimada por um conjunto específico de crenças e práticas.

Diante desse contexto, este estudo tem como objetivo analisar a construção da identidade cristã primitiva a partir da literatura patrística, observando como os textos dos primeiros séculos atuaram na definição das fronteiras entre cristianismo e judaísmo. Para isso, será realizada uma revisão historiográfica e uma análise dos discursos patrísticos que abordam

a questão identitária no cristianismo primitivo. A pesquisa busca compreender como essa identidade foi sendo negociada, contestada e consolidada no decorrer da Antiguidade, considerando a fluidez do processo e a influência das interações sociais e culturais no Império Romano.

2 HISTORIOGRAFIA CLÁSSICA E NOVA

Nascido no berço do judaísmo, o cristianismo construiu sua identidade a partir de sua relação com ele. Em um processo relacional, a identidade cristã foi configurada por meio de apropriações e rejeições das tradições judaicas até alcançar autonomia (Belmaia, 2023). Tradicionalmente, a separação entre judaísmo e cristianismo foi compreendida como uma ruptura total, após a qual as tradições judaicas e cristãs assumiram aspectos antagônicos, com pouco ou nenhum diálogo. Esse modelo é caracterizado como "repartição de caminhos", estabelecendo uma data fixa para a separação, a partir da qual o cristianismo se afastaria de sua fundação judaica, superando-a. Diferentes datas foram propostas para esse momento, sendo as mais comuns 70 d.C. e 135 d.C. A primeira corresponde à destruição do Templo de Jerusalém pelo governo romano, enquanto a segunda está relacionada ao fim da revolta de Bar Kochba. No entanto, essa visão de ruptura entre cristianismo e judaísmo não considera a possibilidade de que tais identificações fossem, em grande medida, rótulos artificiais, enquanto a realidade permanecia difusa e plural (Soares, 2010). Limitar-se a uma divisão didática não reflete adequadamente o cenário de interação cultural entre diferentes grupos religiosos no contexto helenístico-romano, no qual essas tradições não existiam como formas religiosas completamente autônomas.

Um novo modelo proposto considera “caminhos que não se separam” para esse processo de construção de identidade. Nesse período inicial de configuração do cristianismo, houve uma fase de permeabilidade entre judeus e cristãos no qual as comunidades se comportavam como subgrupos dentro de um grupo maior de comunidades religiosas afiliadas ao judaísmo. Múltiplos grupos religiosos interagiam no Império Romano, inclusive dentro do que foi designado como judaísmo. Sob essa denominação, existia uma manifestação plural de diferentes crenças, com grupos sectários, como os fariseus, os saduceus, os essênios etc. Também os grupos cristãos exibiam essa pluralidade com diferentes tendências regionais. Dentro dessa concepção de “judaísmos” e “cristianismos”, indicados por Soares (2010), havia uma influência recíproca, com pontos de oposição, mas também pontos de contato.

O próprio cristianismo primitivo apresentava-se de forma plural, com especificidades regionais como judeu étnico cristão, judaísmo helenista cristão, cristianismo sinótico, paulino

e joanino e, posteriormente, o cristianismo com elementos gnósticos. Mesmo que essas diferentes correntes apresentassem tensões em suas interações, existia uma unidade subjacente que permitiu a construção da identidade cristã e possibilitou a formação de um cânone dentro da organização religiosa nos primeiros séculos (Selvatici, 2020).

Dentro das múltiplas identidades cristãs, havia variados graus de ligação com a herança judaica. O autor Wolfram Kinzig (1991) categoriza a separação progressiva entre o judaísmo e o cristianismo em etapas. Dentre os quatro possíveis níveis de separação, o doutrinal e o teológico respondem pelo trabalho intelectual, enquanto os níveis institucional e o da piedade popular se relacionam a práxis religiosa.

3 IDENTIDADE FLUIDA

Como a construção de identidade é um processo flexível e relacional, ela permite a existência de espaços permeáveis conhecidos como “zonas de porosidade”, nos quais as identidades se interseccionam e apresentam elementos em comunicação, conforme indica Belmaia (2023). Nos primeiros séculos, algumas comunidades cristãs mantiveram preceitos judaicos, mesmo estando desobrigadas pelas epístolas do apóstolo Paulo.

Pessoas sem laços etnogenealógicos com a cultura judaica, denominadas gentias, imitavam ritos e tradições judaicas, ainda que cressem na messianidade de Cristo. Misturando diferentes crenças religiosas, também existiam comunidades religiosas autônomas, como nazireus e ebionitas.

Essas crenças, presentes nas fronteiras de diferentes grupos, exigiram que cristãos e judeus se organizassem na construção de suas próprias identidades. A coexistência de tradições cristãs e judaicas mescladas caracteriza um período de identidade fluida, que progrediu até a ocorrência de uma descontinuidade entre elas. A caracterização de uma identidade exclusivamente cristã, sem elementos judaicos, provavelmente variou de acordo com os diferentes contextos do Império Romano. As práticas cristãs se espalharam por distintos territórios, com graus variados de autonomia. A esperada “ruptura” se manifestava de maneira diversa nas regiões afetadas pela expansão do cristianismo. Os dois primeiros séculos apresentaram maior fluidez identitária, com a identidade cristã ainda em construção.

O conceito teórico de hibridismo cultural é frequentemente utilizado para explicar a dinâmica relacional entre grupos do judaísmo e do cristianismo (Silva, 2009). Em um processo dialógico, as trocas entre os dois grupos resultaram em manifestações religiosas que incorporaram elementos de outros sistemas religiosos. Essas trocas entre grupos religiosos não resultavam necessariamente em conversão, mas geravam grupos híbridos, nos quais

concepções religiosas distintas se mesclavam a costumes específicos na vivência prática da religião.

Recentemente, estudiosos têm deslocado a separação entre judaísmo e cristianismo para o século IV. Isso se deve ao fato de que, ainda nesse período, persistiam esforços de demarcação do cristianismo em relação ao judaísmo dentro das práticas religiosas populares, indicando algum grau de fluidez identitária. A própria existência de judaizantes no século IV e a reação da literatura cristã em resposta demonstram a necessidade de estabelecer limites dentro do próprio cristianismo, mesmo após sua institucionalização. Os debates nos Concílios de Elvira, em 305 d.C., de Antioquia, em 341 d.C., e de Laodiceia, em 364 d.C., com suas deliberações sobre os judaizantes, assim como a literatura *Adversus Iudaeos*, evidenciam tais conflitos no século IV (Belmaia, 2023). Alguns estudiosos delimitam ainda mais esse período ao fixarem a data de 313 d.C., com o Edito de Milão, que reconheceu o cristianismo como uma religião lícita e pôs fim ao período das perseguições. Esse ato do imperador Constantino não apenas encerrou a era de resistência dos mártires cristãos, mas também marcou uma nova fase de elaboração doutrinária e ritualística no cristianismo (Nogueira, 2015).

4 CONSTRUÇÃO DE UM UNIVERSO SIMBÓLICO CRISTÃO PRIMITIVO

Na construção da identidade do cristianismo primitivo, ocorre também a edificação de um novo sistema simbólico, com uma linguagem própria, fundamentada na tradição judaica, conforme indicado por Theissen (2009). No amplo contexto do Império Romano, o cristianismo primitivo desenvolveu essa linguagem ao ressignificar elementos situados em suas fronteiras com outras crenças. Ele estruturou uma comunidade de culto com códigos específicos que orientavam sua nova forma de interpretar o mundo. Em uma perspectiva de superação, o cristianismo primitivo proclamava a história de Cristo como superior a outros sistemas simbólicos, contrastando suas próprias tradições com as concepções de fé das religiões circundantes.

A partir de elementos narrativos, rituais e éticos judaicos, a religião cristã reformulou esse material à luz da vinda de Cristo. Mantendo a dimensão monoteísta do judaísmo, o cristianismo primitivo desenvolveu uma linguagem que destacava sua primazia em relação aos outros sistemas religiosos. Quando o desenvolvimento desse universo simbólico se consolidou, cessou a adição de novos escritos. A partir desse momento, deu-se início ao processo de exegese, ou seja, a interpretação desse sistema simbólico já estabelecido. O cânone cristão reforçou sua autonomia em relação ao judaísmo, que fora superado, e ao mesmo tempo delimitou a identidade cristã frente ao paganismo, pois se instituiu como

critério de pertencimento ao “povo de Deus”. A configuração desse sistema religioso independente emergiu a partir de crises que ameaçavam suas fronteiras identitárias e exigiam respostas (Theissen, 2009).

Mesmo dentro da pluralidade do cristianismo primitivo, a unidade permanecia ancorada em dois axiomas fundamentais do judaísmo: o monoteísmo e a referência à aliança. As diferentes correntes cristãs assumiram trajetórias diversas, mas sempre dentro desses princípios estruturantes, afastando interpretações consideradas extremas. Durante a expansão do cristianismo primitivo, os novos adeptos assimilavam não apenas a mensagem da cruz, mas também um novo sistema de linguagem, um código simbólico que assegurava a unidade da fé, mesmo diante das variações internas entre comunidades. Paralelamente à transmissão doutrinária, ensinavam-se também códigos visuais, rituais e sociais, incluindo narrativas sobre Jesus, noções escatológicas e formas de culto.

5 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO CRISTIANISMO PRIMITIVO NA LITERATURA

Para compreender o papel desempenhado pelas comunidades cristãs na Antiguidade, o estudo de suas fontes escritas apresenta desafios consideráveis, conforme aponta Nogueira (2015). Apesar da ampla produção textual, essas fontes são fragmentárias e se referem apenas a determinadas tradições religiosas e contextos específicos de grupos cristãos dentro da sociedade greco-romana. Além disso, a ausência de evidências materiais dos primeiros dois séculos impõe dificuldades adicionais à historiografia tradicional, que busca reconstruir fatos e desenvolvimentos institucionais.

Entendendo o cristianismo primitivo como um sistema de linguagem, estruturado por um conjunto de códigos transmitidos dentro das comunidades, sua documentação encontra-se principalmente em sua vasta produção literária. Como os primeiros séculos não deixaram vestígios visuais expressivos, as principais evidências disponíveis provêm dos escritos dos primeiros cristãos e de alguns poucos testemunhos externos. Sendo o cristianismo primitivo um fenômeno em formação, caracterizado por uma identidade fluida, especialmente em sua relação com o judaísmo, a análise desse processo histórico-cultural pode ser conduzida por meio da diversidade de sua produção textual, distribuída em diferentes gêneros literários. Esses textos oferecem uma visão sobre a percepção de mundo dos cristãos da época. Ainda que muitos sejam narrativos, registram não apenas suas interações com outros grupos e com o sagrado, mas também suas práticas religiosas, memórias coletivas e vocabulário teológico, permitindo a reconstrução de aspectos fundamentais da cultura cristã primitiva.

Embora se trate de um processo histórico dinâmico e plural, a construção do cristianismo primitivo pode ser estudada a partir da visão de mundo dos cristãos comuns, refletida na literatura neotestamentária, em textos apócrifos e nos escritos dos Pais Apostólicos. No Novo Testamento, encontra-se um conjunto de livros cujo valor foi consolidado por meio da transmissão textual dentro das comunidades cristãs e, posteriormente, reconhecido como canônico pelos concílios da Igreja no século IV. Além de seu papel doutrinário, esses escritos são fontes fundamentais para o estudo da história cultural da Igreja. Já os textos patrísticos, produzidos por líderes comunitários — anônimos ou bispos de destaque —, exerceram influência significativa nas comunidades cristãs primitivas. O estudo da identidade cristã a partir da literatura dos Pais da Igreja revela não apenas uma preocupação em definir o cristão autêntico diante de sistemas religiosos concorrentes, mas também o esforço das autoridades eclesiásticas para afastar desvios que poderiam comprometer a integridade da Igreja.

6 NOVO TESTAMENTO E A CRISE JUDAÍSTICA NO SÉCULO I

Considerando a construção da identidade cristã e a identidade judaica como processos históricos relacionais, enquanto identidades culturalmente construídas, não se devem projetar as noções modernas de identidade para o período da Antiguidade. Existia uma região de fronteira fluida entre essas comunidades. Nos "cristianismos" e "judaísmos" já abordados, as crenças e as manifestações práticas variavam de acordo com o contexto regional (Selvatici, 2013). Ao longo da história do cristianismo primitivo, observa-se a presença de cristãos judaizantes, situados em uma área de fronteira entre o cristianismo e o judaísmo nos primeiros séculos. Dentro das comunidades cristãs, esses gentios imitavam alguns preceitos da Lei de Moisés, ainda que acreditassem na messianidade de Cristo. Os documentos cristãos dos séculos I e II registram a defesa da autonomia cristã frente aos ritos religiosos judaicos dentro das comunidades cristãs. Diante da grande variedade de práticas e comportamentos religiosos, não se pode sustentar uma oposição rígida entre dois grupos claramente definidos.

No Novo Testamento, a salvação é apresentada como universalmente disponível a todas as pessoas por meio do sacrifício de Cristo, independentemente da observância de ritos judaicos específicos. Esse debate acerca da vida cristã e sua relação com os preceitos judaicos esteve presente nas comunidades cristãs da segunda metade do século I. Paulo defende a desobrigação dos cristãos em relação ao sistema ritual simbólico do judaísmo, ainda que reconheça certa continuidade com ele. A herança judaica era mantida, ao mesmo tempo que se combatia a influência das práticas judaizantes. Na Epístola aos Gálatas, capítulo 2, versículo 14, é mencionada a exigência de emissários de Jerusalém para que se mantivessem

as práticas judaicas no momento das refeições. Isso significaria que os gentios precisariam seguir as determinações da Lei para poder participar das refeições com judeus. Paulo, então, condena a separação de Pedro durante a refeição com os gentios na comunidade de Antioquia, por volta do ano 48 d.C.

Já na obra de Lucas, que compreende seu Evangelho e o livro de Atos, a influência das práticas judaizantes pode ser percebida na abordagem dos cristãos fariseus, que insistiam que os gentios deveriam adotar a circuncisão. A presença desse tema na narrativa sugere a relevância do debate sobre a circuncisão na época da redação da obra. O livro de Atos relata a propagação do Evangelho desde Jerusalém até Roma, legitimando a inclusão dos gentios nas comunidades cristãs de origem paulina. Nesse sentido, Lucas apresenta a história do cristianismo como a incorporação dos gentios ao chamado povo de Israel (Selvatici, 2013). Em suas epístolas, Paulo reafirma o valor da história de Israel, reinterpretando-a à luz da vinda do Messias.

A crise judaizante do século I contribuiu para a delimitação da fronteira entre judaísmo e cristianismo, levantando questionamentos sobre a autonomia do cristianismo enquanto sistema religioso. Em um cenário alternativo, o cristianismo poderia ter permanecido como uma vertente do judaísmo, mantendo as exigências da Lei de Moisés. No entanto, sua identidade em construção avançou na direção da autonomia, consolidando-se como um sistema simbólico independente. Embora compartilhassem elementos do universo simbólico judaico, o cristianismo incorporou novos fundamentos, como a fé no Messias, a introdução de dois sacramentos e a centralidade do mandamento do amor. Assim, o cristianismo tornou-se um universo religioso autônomo, embora mantivesse vínculos com o judaísmo. Ele se configurava como um "judaísmo sem fronteiras", preservando a dinâmica monoteísta, mas estendendo sua mensagem aos gentios. Como destaca Theissen (2009), "durante a crise judaizante, a defesa dessa dinâmica universal e da abertura para todos os povos impôs-se como fundamento da autonomia do cristianismo primitivo em relação ao judaísmo".

A reivindicação da judaização dos gentios convertidos, mencionada no Novo Testamento, pode ter sido influenciada por fatores sociopolíticos no contexto do Império Romano. Como os judeus possuíam privilégios legais que garantiam a aceitação de seu culto e modo de vida, a adoção de costumes judaicos poderia ter servido como um meio de proteção contra perseguições religiosas no Império. Durante o governo de Nero, entre 64 e 68, os cristãos foram alvos de perseguições pontuais, já sendo percebidos como um grupo distinto dos judeus. No século II, as cartas entre o governador Plínio e o imperador Trajano revelam que, embora os processos contra cristãos fossem desencorajados, qualquer cristão que se

recusasse a renunciar à fé e a prestar culto aos deuses romanos poderia ser condenado.

7 IRINEU E A CRISE GNÓSTICA NO SÉCULO II

No século II, o cristianismo enfrentou questionamentos quanto à sua identidade dentro da religiosidade helenística, especialmente em razão da crise gnóstica. O gnosticismo, um movimento inter-religioso, desvalorizava a pluralidade religiosa do contexto helenístico, propondo sua superação por meio de uma religião mais elevada. Durante esse período, a gnose se expandiu dentro do cristianismo, promovendo uma linguagem voltada para a autodescoberta e a valorização do "eu" em detrimento do mundo material. Nas comunidades cristãs, essa influência gnóstica resultou em uma visão que rejeitava tanto a fé veterotestamentária na criação quanto a fé neotestamentária na encarnação. A negação da encarnação dissociava a religião cristã da história concreta ocorrida no século I na Palestina. Esse fenômeno exigiu, mais uma vez, um posicionamento do cristianismo como um sistema religioso autônomo, conforme indica Theissen (2009).

O conflito com a gnose deu origem a uma literatura anti-herética no século II, desenvolvida como um esforço para a defesa da fé cristã. A gnose foi enfrentada por meio de uma teologia capaz de refutar os grupos gnósticos e suas concepções. As experiências gnósticas eram manifestações religiosas que, de certo modo, se beneficiavam do contexto político-jurídico do cristianismo primitivo no século II. Se o cristianismo tivesse mantido um perfil discreto e livre de conflitos, o risco de martírio de cristãos poderia ser reduzido. Caso o cristianismo houvesse permanecido apenas como uma das variantes do judaísmo, essa posição talvez o tivesse protegido de sua situação precária dentro do Império. A gnose, nesse sentido, representava uma forma de privatização da religião, capaz de resguardar os cristãos de perseguições por meio de uma linguagem simbólica comum e menos conflituosa. Contudo, apesar de seu favorecimento por questões políticas, o pensamento gnóstico não se impôs amplamente nas comunidades cristãs, prevalecendo a autonomia interna do novo sistema simbólico cristão.

Irineu foi o primeiro a articular uma teologia sistemática em resposta à crise gnóstica. Ele refletiu sobre a organização do cânone cristão, distinguindo entre o Antigo Testamento e o Novo Testamento, além de estruturar uma teologia histórico-salvífica que relacionava a salvação com a restauração da criação. Dessa maneira, a gnose foi combatida por uma teologia que equilibrava a fé na criação com a fé na salvação, ambas ancoradas na autoridade do cânone cristão.

8 INÁCIO E JUDAIZANTES NO SÉCULO II

As práticas de judaização de gentios convertidos à fé cristã estavam inseridas nas expressões da piedade popular, sendo formas de devoção alheias aos discursos normativos das autoridades e elites intelectuais da época. Dentro da categorização proposta por Kinzig para os níveis progressivos de separação entre judaísmo e cristianismo, observa-se que, nos níveis doutrinal e teológico, os Pais da Igreja se empenharam em afirmar a natureza divina de Jesus e sua messianidade em suas produções textuais. No entanto, no nível da piedade popular, a interação entre grupos cristãos e judaicos permaneceu significativa, incluindo a judaização como uma prática recorrente. Isso ilustra o caráter multifacetado da identidade cristã primitiva, que incorporava tanto o discurso normativo de figuras eclesiásticas, como Inácio de Antioquia, quanto manifestações populares que escapavam ao controle dessas autoridades. No âmbito da piedade popular, cristãos primitivos e judeus mantinham múltiplas formas de interação religiosa. Os judaizantes estavam situados na fronteira da identidade fluida, frequentando sinagogas, praticando jejuns e preservando tradições judaicas, mesmo professando a crença em Jesus como Messias (Selvatici, 2020).

Alguns textos patrísticos do século II apresentam elementos antijudaicos como instrumentos de combate a determinadas compreensões dentro da comunidade cristã, especialmente aquelas que sugeriam a possibilidade de vivenciar a fé em Cristo simultaneamente à observância das leis judaicas. À margem da normatização das autoridades cristãs, as expressões populares envolviam práticas de judaização entre não judeus convertidos ao cristianismo. A literatura patrística fornece indícios sobre essa dimensão popular em comunidades cristãs da Ásia Menor, que foram alvo de seis das sete cartas de Inácio de Antioquia no início do século II.

Inácio, bispo da comunidade de Antioquia, na Síria, escreveu cartas destinadas a diversas comunidades cristãs da Ásia Menor durante sua viagem como prisioneiro rumo a Roma, onde seria martirizado por volta de 110 d.C. Entre os diversos temas abordados nessas seis epístolas, destaca-se sua preocupação com a unidade da comunidade cristã. Além da unidade com Deus e com Cristo, Inácio enfatizava a necessidade de união entre os cristãos e a submissão ao bispo, figura central na estrutura eclesiástica emergente. Os conflitos internos que agitavam as comunidades cristãs da época preocupavam profundamente os líderes eclesiásticos, levando Inácio a exortar a coesão dos fiéis em torno do bispo, "que ocupa o lugar de Deus" (Magnesios 6,1).

Em duas dessas cartas, as epístolas aos Magnesios e aos Filadelfos, Inácio admoesta as comunidades contra as práticas judaizantes, que se tornavam fontes de tensão interna. Na

epístola aos Magnésios, ele adverte que os cristãos não deveriam mais seguir as práticas e costumes do judaísmo, mencionando a observância do sábado como um exemplo dessa influência. Ele argumenta que a vivência da fé cristã é incompatível com a adesão a preceitos judaicos. No capítulo 8,1 dessa carta, Inácio descreve a observância dos ritos judaicos como um obstáculo à recepção da graça divina: "Não vos deixeis enganar por doutrinas heterodoxas nem por velhas fábulas que são inúteis. Com efeito, se ainda vivemos segundo a lei, admitimos que não recebemos a graça." Nessa seção, ele caracteriza a judaização como a perpetuação de normas do judaísmo dentro das comunidades cristãs destinatárias da carta. Para Inácio, o judaísmo era uma doutrina errônea, cujo equívoco fundamental residia na incapacidade de reconhecer a realização das Escrituras na obra de Cristo. No capítulo 9,1-2, ele exemplifica essa observância dos preceitos judaicos:

Aqueles que viviam na antiga ordem de coisas chegaram à nova esperança, e não observaram mais o sábado, mas o dia do Senhor, em que a nossa vida se levantou por meio dele e da sua morte. Alguns negam isso, mas é por meio desse mistério que recebemos a fé e no qual perseveramos para ser discípulos de Jesus Cristo, nosso único Mestre. Como podemos viver sem aquele que até os profetas, seus discípulos em espírito, esperavam como Mestre? Foi precisamente aquele que justamente esperavam, quem ao chegar, os ressuscitou dos mortos.

Nesse capítulo 9 da carta aos Magnésios, além de exemplificar a judaização pela observância do Sábado, Inácio também faz oposição entre o judaísmo e a graça, avaliando as práticas judaizantes como empecilhos para viver conforme a graça divina recebida. No capítulo 10, Inácio continua combatendo o interesse dos cristãos por preceitos judaicos:

Portanto, não sejamos insensíveis à sua bondade. Se ele nos imitasse na maneira como agimos, já não existiríamos. Contudo, tornando-nos seus discípulos, abraçamos a vida segundo o cristianismo. Quem é chamado com nome diferente desse, não é de Deus. Jogai fora o mau fermento, velho e ácido, e transformai-vos no fermento novo, que é Jesus Cristo. Deixai-vos salgar por ele, a fim de que nenhum de vós se corrompa, pois é pelo odor que sereis julgados. É absurdo falar de Jesus Cristo e, ao mesmo tempo, judaizar. Não foi o cristianismo que acreditou no judaísmo, e sim o judaísmo no cristianismo, pois nele se reuniu toda língua que acredita em Deus.

No capítulo 10 da epístola aos Magnésios, Inácio emprega o substantivo *cristianismo* para designar a comunidade que vivenciava a fé em Cristo, representando o mais antigo registro conhecido desse termo como uma autoidentificação do próprio grupo. É importante ressaltar que as ocorrências do termo *cristianismo* no Novo Testamento refletem uma perspectiva externa ao movimento, e não uma autodesignação. Desde os tempos de Nero, os romanos já chamavam os membros do grupo de *cristãos*, mas essa denominação não era originalmente uma expressão utilizada pelos próprios seguidores de Jesus, como pode ser observado na leitura das cartas paulinas.

Ao empregar essa denominação, então, Inácio distingue essa comunidade de outros grupos, como os judeus, e afirma que qualquer nome distinto desse não provém de Deus. Ao

declarar que "o cristianismo acreditou", Inácio enfatiza o papel central da fé na identidade cristã, diferenciando-a de um modelo religioso mais antigo, fundamentado na etnicidade e não em um conjunto de crenças compartilhadas.

Além disso, ele estabelece uma relação temporal entre judaísmo e cristianismo, reforçando a ideia de que a revelação cristã substituiu as práticas judaicas. No entanto, sua posição não se limita a uma distinção histórica ou teológica, mas também assume um tom polêmico ao reafirmar a heterodoxia do judaísmo e declarar que sua aceitação após a vinda de Cristo seria inadmissível. Para o bispo, a adesão dos judaizantes aos preceitos religiosos judaicos era motivo de reprovação, pois, com o advento de Cristo, a experiência cristã deveria estar fundamentada na encarnação, paixão e ressurreição. Dessa forma, viver segundo a graça recebida era, segundo Inácio, incompatível com a observância dos preceitos judaicos, cuja interpretação distorcida das Escrituras levava à rejeição da revelação de Jesus.

Na epístola aos Filadelfos, Inácio reforça sua oposição às práticas judaizantes dentro da comunidade cristã local. Na heterogênea comunidade de Filadélfia, sua preocupação recaía sobre cristãos de origem gentílica que demonstravam interesse em seguir tradições judaicas, conforme expresso no capítulo 6,1:

Se alguém vos interpreta o judaísmo, não os escutei, porque é melhor ouvir o cristianismo de homem circuncidado do que o judaísmo de incircunciso. Se ambos não falam a respeito de Jesus Cristo, são para mim estelas e túmulos de mortos, sobre os quais estão escritos somente nomes de homens.

Da leitura da seção intitulada Fugir do Judaísmo, depreende-se que havia um grupo de cristãos gentios que mantinha práticas judaizantes, como a observância do sábado, o que suscitava preocupação para Inácio (Selvatici, 2013). Para o bispo, embora um cristão judeu pudesse seguir a Cristo sem abdicar de sua identidade étnica, o judaísmo, enquanto sistema religioso, mostrava-se ineficaz para a salvação, uma vez que negava a obra redentora de Cristo.

Dessa forma, tanto o discurso das autoridades eclesiásticas quanto as manifestações populares participaram do complexo processo de construção da identidade cristã no século II, revelando diferentes graus de aproximação com o judaísmo. Cristãos gentios, que anteriormente já praticavam ritos judaicos na posição de *tementes a Deus*, mantiveram essa conduta dentro das comunidades cristãs, mesmo diante da desaprovação das autoridades eclesiásticas. Além disso, considerando o cenário mais amplo da fragilizada posição política dos cristãos no Império Romano, havia uma motivação adicional para a persistência de práticas judaicas. No século II, devido às perseguições esporádicas contra os cristãos promovidas pelo Império, adotar costumes judaicos poderia funcionar como uma estratégia de

proteção, livrando os indivíduos da obrigação de prestar culto às divindades pagãs.

Outro ponto relevante na produção de Inácio é sua concepção de religião. Na Antiguidade, religião e etnicidade eram conceitos estreitamente relacionados, ao contrário da concepção moderna, que associa religião a um universo de crenças e doutrinas. No sentido contemporâneo, a religião se define como um conjunto sistematizado de crenças, doutrinas e ritos (Croatto, 2001). No entanto, na Antiguidade, o pertencimento religioso estava vinculado à identidade étnica ou política. O cristianismo rompeu com essa lógica ao dissociar a fé da cidadania ou da origem étnica. A expansão cristã nesse período ocorreu sob a ótica do sagrado, estruturando um sistema religioso independente do Estado e baseado na fé, sem vínculo com uma língua ou comunidade política específica. Esse movimento levou tanto judeus quanto politeístas a reformularem suas representações religiosas, que passaram a ser concebidas menos em termos de identidade étnica e mais em termos de crença (Selvatici, 2020).

9 TERTULIANO E A DEFESA DA “NOVA” FÉ

O final do século II foi marcado por uma conjuntura social que demandava uma demarcação mais definida do cristianismo, devido ao contexto de intolerância religiosa e perseguições ocasionais. Nesse período de tensão entre cristãos e seus acusadores pagãos, a recusa cristã em cultuar os deuses do Império ou prestar homenagens ao imperador era vista como uma ameaça à ordem imperial. Diante disso, houve um esforço deliberado para caracterizar uma identidade cristã própria, delimitando fronteiras em relação aos demais sistemas religiosos da época, especialmente o judaísmo e o paganismo.

Neste contexto, Tertuliano teve um papel fundamental na consolidação da identidade cristã, destacando-se como um dos principais autores patrísticos e um pioneiro da literatura cristã em latim. Em sua obra *Apologia*, escrita em 197 d.C., Tertuliano se dirige diretamente aos perseguidores dos cristãos. Segundo ele, a intolerância contra os cristãos derivava do desconhecimento de sua verdadeira fé por parte dos acusadores. Assim, em um esforço apologético, ele endereça, retoricamente, seu escrito aos governantes do Império, buscando apresentar o cristianismo a um público pagão e construir uma defesa racional da fé cristã diante de um cenário de hostilidade e incompreensão.

O esforço de Tertuliano se inicia através do estabelecimento da relação entre cristianismo e judaísmo, como pode ser apreendido no capítulo XXI da obra *Apologia*:

Agora, tendo confirmado que nossa religião está fundamentada nas escrituras dos hebreus, as mais antigas que existem, embora seja corrente e nós admitimos inteiramente que nossa religião date de um período comparativamente recente – não anterior ao reino de Tibério, talvez, devamos levantar a questão de suas bases, para não parecer que ocultados sua origem sob a sombra de uma ilustre religião, a qual

possui, sob todos os aspectos, indubitavelmente, aceitação da Lei.

Assim, o autor utiliza o judaísmo, caracterizando-o como a raiz do cristianismo, com o objetivo de legitimá-lo como uma religião antiga. Além de ressaltar sua antiguidade, Tertuliano também cita importantes judeus como anunciadores do cristianismo, indicando uma tradição, um aspecto muito valorizado pelos romanos. Porém, sua associação ao judaísmo é então restrita a apenas às Escrituras hebraicas, pois em seguida Tertuliano ressalta as diferenças entre os dois sistemas religiosos, o que pode ser observado na continuação do trecho do capítulo XXI:

Igualmente além da questão da idade, não concordamos com os judeus em suas particularidades com respeito à alimentação, aos dias sagrados, nem mesmo no seu bem conhecido sinal da circuncisão, nem no uso de um nome comum, o que, certamente, seria o caso, já que prestamos homenagem ao mesmo Deus.

Igualmente, o povo comum tem algum conhecimento sobre Cristo, mas não o considera senão um homem, alguém quem, de fato, os judeus condenaram, de modo que muitos naturalmente imaginaram que somos adoradores de um simples ser humano.

Mas não estamos nem envergonhados de Cristo – porque nós alegamos de sermos contados entre seus discípulos e de sofrermos por seu nome- nem divertimos dos judeus com relação a Deus.

A partir desse trecho da obra apologética, percebe-se a diferenciação que Tertuliano faz entre cristãos e judeus, segundo a aceitação da obra de Cristo. Ao contrário dos judeus que rejeitaram a revelação completada em Jesus, os cristãos têm orgulho de viverem como verdadeiros discípulos de Cristo, dando sua vida em defesa da sua fé, se necessário. Nessa obra, Tertuliano defende a identidade cristã distinta do judaísmo e descreve um ideal moral que poderia diferenciar os cristãos do resto da sociedade romana.

O século II também foi um momento de reafirmação da identidade judaica. O grupo rabínico progressivamente unificou os judeus da Palestina e da Diáspora. Essa unificação suprimiu a diversidade anteriormente existente no judaísmo. Da mesma forma que o cristianismo se tornou uma *religio*, o judaísmo também se reconfigurou em torno de um credo, se tornando menos dependente de um pertencimento étnico-político. Enquanto o cristianismo se estruturava enquanto instituição, o judaísmo também se alterou, estreitando fronteiras, definindo o fechamento de seus escritos sagrados e se configurando como *religio* (Belmaia, 2023).

10 ORÍGENES E OS JUDAIZANTES DO SÉCULO III

Mantendo o conceito de fronteira entre o judaísmo e o cristianismo, a ocorrência de contatos e trocas entre os grupos em um contexto de pluralidade ainda pode ser observada no século III, conforme evidenciam os escritos de Orígenes em *Contra Celso*. Nesse cenário de interações, a presença de indivíduos que transitavam entre diferentes sistemas religiosos era

percebida como uma ameaça ao cristianismo, segundo a perspectiva de Orígenes. Essas trocas culturais resultavam em um hibridismo religioso que, para ele, comprometia a pureza doutrinária cristã. O fenômeno dos judaizantes, já abordado, exemplifica esse grupo que ocupava um espaço limítrofe dentro das identidades religiosas da época (Soares, 2010).

A aproximação entre diferentes tradições religiosas, muitas vezes fora do controle das lideranças eclesiais, era especialmente frequente em comunidades localizadas fora da Palestina, nas regiões da Diáspora. A questão da troca religiosa já havia sido um desafio enfrentado pelas primeiras comunidades cristãs no século I, levando suas autoridades a tentarem evitar as "contaminações" advindas das interpretações judaicas.

Celso, filósofo romano ativo entre 170 e 185 d.C., é conhecido por ter escrito *Doutrina Verdadeira*, uma das mais fortes refutações ao cristianismo de sua época. Sua obra se destacou como um dos mais conhecidos textos anticristãos da Antiguidade, no qual ele buscou compreender a doutrina cristã para então criticá-la e, assim, defender a identidade religiosa e cultural romana. Seu ataque aos cristãos e judeus estava vinculado à sua preocupação com a estabilidade da sociedade romana e com a manutenção da adoração aos deuses antigos. Para Celso, os cristãos representavam um perigo político, pois sua vivência religiosa clandestina e sua fé, baseada em princípios que ele considerava irracionais, entravam em conflito com as bases da racionalidade helênica. Embora sua obra original tenha se perdido, boa parte de seu conteúdo pôde ser preservada por meio da refutação realizada por Orígenes, que reproduziu e rebateu seus argumentos em *Contra Celso*.

Orígenes, um dos mais proeminentes teólogos cristãos do século III, escreveu *Contra Celso* por volta de 248 d.C., com um objetivo que ia além da mera resposta ao filósofo pagão. Sua intenção também era esclarecer os próprios cristãos acerca das doutrinas de sua fé, oferecendo-lhes uma base argumentativa racional para sua crença.

Na época em que Orígenes escreveu sua obra, o cristianismo já havia se expandido pelo Império Romano, tanto em extensão geográfica quanto em penetração social. O contexto era de crescente hostilidade contra os cristãos, com uma intensificação das perseguições e do sentimento anticristão entre os pagãos. É bom lembrar que pouco depois desta obra, em 250, o Imperador Décio vai publicar um edito (*Edictum de Sacrificiis*) que provocará muitas mortes e prisões entre os cristãos.

Assim, a defesa empreendida por Orígenes buscava primeiro demonstrar que o cristianismo não representava uma ameaça à ordem pública, tentando refutar os argumentos de Celso em um momento de instabilidade. Posteriormente, Orígenes faz uma distinção clara entre cristãos e judeus/judaizantes, reafirmando a identidade autônoma do cristianismo,

embora reconhecendo suas origens judaicas.

Ainda que reafirme a relação histórica entre as duas tradições, Orígenes não confere legitimidade ao judaísmo como doutrina válida após a vinda de Cristo. Pelo contrário, ele argumenta a favor de uma separação total entre judeus e cristãos no que diz respeito a celebrações e costumes religiosos. Ao afastar os preceitos judaicos, Orígenes defende a existência de um povo distinto, fundamentado na crença na obra salvífica de Cristo. Dessa forma, todas as práticas híbridas que representavam pontos de intersecção entre judaísmo e cristianismo são rejeitadas por ele, sendo enquadradas sob o termo *judaizante*. Orígenes combate essas práticas dentro da Igreja, reforçando as fronteiras entre as duas tradições religiosas e enfatizando a singularidade do cristianismo como um sistema independente. Isso pode ser observado no trecho de *Contra Celso II, 5*:

Nosso Jesus, ao ver que a conduta dos judeus não era digna dos ensinamentos proféticos, ensinou, por meio de uma parábola, que o “Reino de Deus lhes será tirado e confiado” aos que viriam da gentilidade (MT 21,43). É por isso, de fato, que podemos considerar todas as doutrinas atuais dos judeus como fábulas e futilidades- pois não possuem a luz da inteligência das Escrituras- e as doutrinas dos cristãos como a verdade, aptas como são a educar e a exaltar a alma e o espírito do homem e a convencer de que eles tem uma “cidade” não neste mundo de certa forma como os judeus da terra, mas “no céu “ (Fl 3,20).

O próprio Orígenes descreve um grupo que transitava entre judaísmo e cristianismo, num sistema religioso híbrido, representando uma grave ameaça para a unidade da Igreja. Nesse trecho de *Contra Celso V,61*, Orígenes admite: “Admitamos enfim que alguns aceitam Jesus, e é por isso que eles se gabam de serem cristãos, mas que querem ainda viver segundo a lei dos judeus como a grande massa dos judeus”. Esse grupo com práticas na fronteira de crenças entre esses dois sistemas religiosos também permaneciam como um empecilho para a demarcação da identidade cristã própria.

Orígenes se preocupava com a integridade da Igreja, e por isso, registrou uma defesa do cristianismo defendendo seu caráter único. Defendia a homogeneidade entre cristãos, num cristianismo estabelecido tanto em termos doutrinários como litúrgicos. Enquanto este mestre de Alexandria escrevia sua resposta apologética contra os argumentos de Celso, ele também participava da unificação dos dogmas da Igreja, num caminho em direção a ortodoxia cristã. Além de apontar heresias, o texto de Orígenes fez parte do debate se sua época acerca de critérios de ortodoxia para as doutrinas. Assim, dentro de uma realidade popular ainda marcada por trocas entre judaísmo e cristianismo, ainda no diálogo com linhas de separação sendo moldadas, Orígenes tenta separar o “nós” dos “outros”, que ameaçava a integridade da Igreja. Ele atua em direção a fixação da identidade cristã, defendendo seu caráter único.

11 JOÃO CRISÓSTOMO E JUDAIZANTES NO SÉCULO IV

Retomando o conceito de hibridismo cultural, a judaização pode ser compreendida como uma forma recorrente desse fenômeno no Império Romano, na qual cristãos de origem gentílica adotavam costumes judaicos. Embora a liderança cristã já houvesse desobrigado os fiéis da observância das práticas judaicas na vivência religiosa cristã, persistiam nesse período manifestações sincréticas dentro das expressões populares de religiosidade. A piedade popular do século IV ainda preservava vivências socioreligiosas híbridas, típicas dos judaizantes. A preocupação dos líderes religiosos com essas práticas evidencia a continuidade da influência judaica entre os cristãos, o que motivou diversas condenações às manifestações judaizantes no interior da Igreja.

No século IV, a comunidade cristã de Antioquia apresentava uma notável pluralidade entre aqueles que seguiam o ministério de Cristo, incluindo grupos arianos e nicenos, além da influência de judeus e pagãos dentro do mesmo espaço urbano. A cidade assistia à multiplicação de sinagogas e à crescente influência das celebrações judaicas na sociedade, sustentadas por uma comunidade judaica próspera, que despertava o interesse de muitos cristãos. Esses cristãos frequentavam tanto igrejas quanto sinagogas, praticavam jejuns conforme o calendário judaico e buscavam a orientação de rabinos.

Nesse contexto, João Crisóstomo desempenhou um papel central na construção da identidade cristã em Antioquia, combatendo aqueles que considerava obstáculos ao fortalecimento dos vínculos da comunidade cristã. Como um dos pregadores mais influentes da época, João Crisóstomo, então presbítero da Igreja de Antioquia, utilizou suas homilias para rechaçar ameaças ao credo niceno de 325, particularmente representadas por pagãos, arianos e judeus.

A relevância dos judaizantes dentro da Igreja é evidenciada pelo número significativo de ataques direcionados a esse grupo por João Crisóstomo, assim como pela ênfase que ele coloca na necessidade de vigilância comunitária. O presbítero condenava os judaizantes associando os preceitos judaicos a uma espécie de patologia que contaminava o *corpo* da Igreja. Em 386, às vésperas da celebração do Ano-Novo judaico, ele inicia suas homilias *Adversus Iudaeos*, nas quais ataca os membros da comunidade cristã que demonstravam interesse por práticas judaicas, encarando esse sincretismo como resultado da socialização com judeus em sinagogas e festividades religiosas.

A homilia *Adversus Iudaeos* registra de forma explícita essa oposição de João Crisóstomo às práticas judaizantes dentro da Igreja. Na piedade popular da época, as interações sociais entre cristãos e judeus frequentemente levavam à participação em festividades judaicas, ao envolvimento em cultos sinagogais e à reverência por ritos religiosos judaicos. O presbítero

interpreta essa interação como uma ameaça à integridade do cristianismo, descrevendo-a como um *contágio* capaz de comprometer a pureza da Igreja, simbolizando uma enfermidade a ser combatida. João Crisóstomo, assim, contribuiu ativamente para a construção da identidade cristã, delimitando o que deveria ser considerado um desvio prejudicial ao *corpo* da Igreja.

Em suas homilias, João Crisóstomo convoca os membros da comunidade a defenderem a Igreja da *contaminação* dos judaizantes, exortando-os a assumirem a responsabilidade de avaliar as condutas uns dos outros. Esse chamado à vigilância coletiva tinha o objetivo de recuperar os cristãos que haviam se desviado do comportamento considerado adequado pelas autoridades eclesiásticas. A atitude de permanente desconfiança mútua dentro da comunidade incentivava a denúncia de práticas vistas como incompatíveis com a fé cristã. Curiosamente, esses judaizantes não eram considerados uma ameaça externa à Igreja, mas sim cristãos que precisavam ser reintegrados ao comportamento correto, sob a orientação dos líderes religiosos.

Essa dinâmica de socialização levou João Crisóstomo a compor uma série de oito sermões contra os judeus e os judaizantes em 386, na Antioquia. O fato de que, desde o período apostólico até o século IV, continuaram a ocorrer interações sincréticas entre cristãos e judeus, apesar de séculos de pregação eclesiástica em prol da identidade cristã autônoma, demonstra que uma ruptura definitiva ainda não havia se consolidado (SILVA, 2009).

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um grupo constrói sua identidade a partir da interação com outros grupos, estabelecendo diferenças que delimitam suas fronteiras. O cristianismo consolidou sua identidade religiosa própria em contato com sistemas como o judaísmo e o paganismo. Apesar das discordâncias teológicas que permitiram a distinção entre essas tradições, as fronteiras identitárias não eram rígidas, mas permeáveis, possibilitando trocas e influências recíprocas. Dessa forma, dentro de um sistema religioso específico, com seus símbolos, rituais e crenças, identificam-se pontos de intersecção com outros sistemas.

Se a historiografia tradicional postulava uma cisão definitiva entre judaísmo e cristianismo em datas variáveis, entre 70 d.C. e 135 d.C., abordagens mais recentes propõem uma leitura distinta, considerando a existência de fronteiras porosas entre os dois sistemas ao longo da Antiguidade romana. Se antes prevalecia a visão de um rompimento absoluto entre judaísmo e cristianismo, hoje a tendência historiográfica reconhece não apenas pontos de divergência, mas também de convergência, observando múltiplas experiências religiosas sincréticas. Assim, nesse período de formação de identidades e delimitação de limites, torna-

se impreciso definir cristianismo e judaísmo como entidades rigidamente separadas, uma vez que as comunidades cristãs mantinham vínculos variados com o judaísmo. Essa fronteira era principalmente determinada pelas autoridades eclesiásticas, que tentavam estabelecer critérios de ortodoxia e afastar aquilo que consideravam desvios doutrinários. Segundo essa nova perspectiva historiográfica, a distinção irreversível entre judaísmo e cristianismo só se concretizou na Antiguidade Tardia, a partir do século IV, em um processo que variava conforme as especificidades das comunidades cristãs de cada região, dificultando a definição de uma única data para essa separação.

No modelo historiográfico dos "caminhos que não se separam", a identidade cristã emergiu dentro de um contexto de diversidade, em que múltiplas interpretações da obra de Cristo coexistiam dentro das próprias comunidades cristãs. Esse cristianismo plural se manifestava em vertentes regionais, nas quais cada comunidade vivenciava a fé de maneira distinta. Algumas dessas tendências incluíam grupos que mantinham diferentes graus de aproximação aos preceitos judaicos. Se a identidade cristã foi consolidada pelos discursos oficiais das autoridades eclesiásticas, com sua tentativa de normatização, também foi moldada pelas práticas populares, que escapavam desse controle. Na piedade popular, o sincretismo religioso era uma realidade vivida no contato cotidiano com judeus em sinagogas, jejuns e festividades judaicas.

Para os Pais da Igreja, o termo judaizante era aplicado a qualquer membro da comunidade cristã cujo interesse por normas judaicas fosse percebido como uma ameaça à integridade da Igreja, pois significava a introdução de elementos estrangeiros à vivência da fé cristã. A existência de judaizantes nas comunidades é registrada desde o ministério de Paulo, que alertava os gentios contra a necessidade de seguir prescrições judaicas para serem reconhecidos como seguidores de Cristo. Dado que o cristianismo emergiu dentro do ambiente judaico, os gentios convertidos recebiam inevitavelmente um legado cultural judaico, apropriando-se de suas práticas em graus variados. Embora as lideranças cristãs já apontassem desde o século I as incompatibilidades entre cristianismo e judaísmo, a socialização entre os dois grupos permaneceu contínua. Além disso, a perseguição contra os cristãos no Império Romano pode ter contribuído para a persistência de práticas judaicas em algumas comunidades cristãs, uma vez que a adoção de costumes judaicos poderia oferecer um nível de proteção social e legal.

Para garantir a coesão da Igreja, os líderes eclesiásticos recorreram a discursos normativos que definiam a identidade cristã, estabelecendo fronteiras claras em relação ao judaísmo e ao paganismo. O recurso a mecanismos identitários, diferenciando "nós" e "eles",

permitiu que os autores patrísticos denunciasses práticas consideradas desviantes e reforçassem suas próprias interpretações da mensagem cristã. À medida que a autoridade eclesiástica se consolidava, a identidade cristã passou a ser fixada com base na rejeição de doutrinas e práticas que pudessem comprometer a integridade da Igreja. Esse processo envolveu a necessidade de lidar tanto com tensões externas, provocadas pelo contato com pagãos e judeus, quanto com divergências internas dentro das próprias comunidades cristãs.

Este artigo analisou como alguns autores patrísticos contribuíram para a defesa da unidade da Igreja ao combater ameaças percebidas à sua integridade, ao mesmo tempo que construíam fronteiras identitárias que reforçavam a singularidade do cristianismo. Até a Antiguidade Tardia, observa-se a manutenção de uma porosidade entre judaísmo e cristianismo, na qual os limites identitários ainda estavam sendo negociados e definidos.

Por meio de suas obras, esses autores desempenharam um papel ativo na formulação da identidade cristã, utilizando a retórica como instrumento na disputa por representações religiosas. Ao enfatizar as diferenças entre judeus e cristãos, especialmente no combate às práticas judaizantes dentro das comunidades, os líderes eclesiásticos legitimaram suas concepções de ortodoxia e contribuíram para a construção de um caráter unificado da Igreja. O processo de consolidação do cristianismo envolveu, portanto, um esforço sistemático dos autores patrísticos para definir e reafirmar a identidade cristã, transformando essa identidade em um conceito construído e difundido textualmente.

REFERÊNCIAS

BELMAIA, Nathany. Reflexões sobre identidades fluidas na formação do cristianismo e os diálogos com o universo judaico. **Revista Eletrônica Trilhas da História**, v. 12, n. 24, 2023.

CROATTO, J. S. **As linguagens da experiência religiosa**: uma introdução à fenomenologia da religião. São Paulo: Paulinas, 2001.

DE PAULA, Rafael. LUIZ, Roney. Aspectos histórico-sociais no processo de construção de identidade no cristianismo primitivo na província romana da Galácia do primeiro século da era comum. **Anais Eletrônico**, n. 9, p. 4-8, novembro, 2015.

INACIO DE ANTIOQUIA et al. **Padres apostólicos**, 3 ed. São Paulo: Paulus, 1997 (Coleção Patrística).

IZIDORO, J. L. Interação, conflitos e desafios na identidade do cristianismo primitivo. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Ano I, n. 1. Dossiê Identidades Religiosas e História, 2008.

IZIDORO, J. L. O problema da identidade no cristianismo primitivo: Interação, conflitos e desafios. **Oracula**, São Bernardo do Campo, 4.7, 2008.

NOGUEIRA, Paulo. O cristianismo primitivo como objeto da história cultural: delimitações, conceitos de análise e roteiros de pesquisa. **Antíteses**, v.8, n.16, p. 31-49, jul./dez., 2015

ORÍGENES. **Contra Celso**. São Paulo: Paulista, 2004. (Coleção Patrística).

SELVATICI, Monica. Construção de fronteiras entre o judaísmo e o cristianismo no Império Romano: os judaizantes e a retórica antijudaica no movimento cristão dos séculos I e II d. C. **Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos**, n. 1, p. 23-37, 2013.

SELVATICI, Monica. Identidades cristãs e práxis judaizante na Ásia Menor romana do século II d.C.: Um exame das epístolas de Inácio de Antioquia. **Diálogos**, Maringá-PR, Brasil, v. 24, n. 2, p. 325-341, mai./ago. 2020.

SILVA, G. V. Construindo fronteiras religiosas no império romano: João Crisóstomo e a polêmica com os judeus e judaizantes em Antioquia. **ANPUH – XXV Simpósio Nacional De História – Fortaleza**, 2009.

SOARES, Carolline. Uma nova perspectiva do judaísmo antigo e do cristianismo primitivo. Um estudo acerca das fronteiras identitárias a partir do *Contra Celso*, de Orígenes. **Anais do VIII Encontro de História da ANPUH - Espírito Santo. História Política em debate: linguagens, conceitos, ideologias**. VITÓRIA – 22010.

TERTULIANO. **Apologia**. Trad. José Fernandes Vidal/ Luiz Fernando Karps Pasquotto. Disponível em: www.tertullian.org/brazilian/apologia.html.

THEISSEN, Gerd. **A religião dos primeiros cristãos**: uma teoria do cristianismo primitivo. São Paulo: Paulinas, 2009. (Coleção cultura bíblica).